



Novos olhares sobre o Radiojornalismo Ambiental¹

Rúbia Guimarães PIANCASTELLI²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

O artigo traz uma conceituação para a área do radiojornalismo ambiental, propondo a classificação de seu gênero como híbrido de jornalismo e educativo-cultural, e sua função como orientadora-educativa. Um novo olhar é lançado sobre três pilares fundamentais do radiojornalismo ambiental: a Educomunicação, o meio ambiente e a cidadania que, interligados, auxiliam no entendimento da importância da área e seu papel na sociedade. O objetivo é trazer algumas reflexões tanto para o campo acadêmico quanto para o profissional relacionado ao radiojornalismo ambiental.

Palavras-chave: radiojornalismo; meio ambiente; educomunicação; cidadania.

“Qual é a função do radiojornalismo?” A pergunta não tem uma resposta única e ainda se desdobra em outros questionamentos frequentes no campo da comunicação. O radiojornalismo é simplesmente uma prestação de serviço ou pode ser um complemento para a educação? Serve para elucidar temas mais complexos e de importante conhecimento para o coletivo? Visa a divulgação de informações para o bem comum? As respostas são múltiplas, assim como as possibilidades que o radiojornalismo pode oferecer à sociedade.

Os questionamentos surgiram a partir da busca pela compreensão das relações entre a tríade radiojornalismo, educação e meio ambiente - campos que se cruzam constantemente. Cada vez mais a sociedade, em suas variadas instâncias e de diferentes formas, cobra da mídia responsabilidade e posicionamento, exigindo uma diversidade de conteúdos que atenda suas demandas ou a estimule em diversos sentidos.

No campo acadêmico e da prática da comunicação ocorrem cada vez mais debates interdisciplinares e, em especial na academia, afloram novas linhas de pesquisa e estudos que podem auxiliar na compreensão e superação dos dilemas do radiojornalismo. Alguns deles são o questionamento das suas funções sociais, a necessidade constante de inovar em suas práticas e entender os contextos múltiplos nos quais se insere e atua. Em termos de novas pesquisas e possibilidades, o artigo traz o

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), email: rpiancastelli@usp.br.



pensamento da Educomunicação, que oferece perspectivas tanto para o pensamento da comunicação dialógica quanto oferece ferramentas para o trabalho dos jornalistas que anseiam por metodologias voltadas para a interatividade, a construção coletiva através do jornalismo público.

Conceitos e definições

Iniciando a construção do pensamento educamunicativo aplicado ao radiojornalismo, começa-se pela definição do que é radiojornalismo, quais suas características e utilização. Dois pontos essenciais caracterizam a abrangência deste veículo. O primeiro é a sua natureza oral e auditiva, onde a capacidade de captar e reter a mensagem falada e sonora pode ser simultânea à execução de outra atividade que não especificamente a receptiva. O segundo, a facilidade e o baixo custo da disseminação das ondas com o transistor, peça fundamental para o veículo e de fácil fabricação. Não bastassem esses fatores - oralidade e baixo custo - o rádio conta ainda com características intrínsecas que o determinam como um emissor amplo e democrático. São elas a penetração, mobilidade, imediatismo, instantaneidade, sensorialidade e autonomia (ORTRIWANO, 1995).

A professora e pesquisadora Gisela Swetlana Ortriwano, responsável por um trabalho que é referência para o estudo do rádio, afirma que a linguagem oral é aquela que ganha vantagem sob as demais por sua simplicidade e maior abrangência social, sendo capaz, de maneira autônoma, de penetrar em lares e atravessar fronteiras, já que seu sistema é tecnicamente pouco complexo e seu baixo custo operacional permitem ao ouvinte o estabelecimento de uma interação especial e de ordem sensível com o aparelho emissor de ruídos.

Bertold Brecht, o poeta e dramaturgo alemão, foi inspirador para Ortriwano e um dos primeiros a escrever obras com importantes reflexões sobre o rádio, sua utilidade e destino na sociedade em que vivia - a Europa dos anos 20 e 30.

O rádio seria o mais admirável aparato de comunicação que se poderia conceber na vida pública, um enorme sistema de canais; quer dizer, seria, caso ele se propusesse não somente a emitir, mas também a receber; ou, não apenas deixar o ouvinte escutar, mas fazê-lo falar; e não isolá-lo, mas colocá-lo numa relação (BRECHT *apud* FREDERICO, 2007, p.228-229)³.

³ FREDERICO, Celso. **Brecht e a "Teoria do rádio"**. 2007, vol.21, n.60, pp. 217-226. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000200017>>. Acesso em 11 fev. 2012.



O contexto da época de surgimento do rádio na Europa era de uma novidade, acima de uma demanda. A utilização daquele equipamento não foi discutida de forma ampla e, muitas vezes, se caracterizou apenas como um megafone transmissor. No Brasil, um dos primeiros homens a vislumbrar também o potencial do rádio como um meio de expandir o conhecimento, usando a produção de conteúdo como um processo de cultura e educação, foi Edgard Roquette-Pinto, o “pai” do rádio no Brasil. Sua reação ao ouvir a primeira transmissão realizada no Rio de Janeiro, em ocasião do Centenário da Independência em 1922, foi narrada pela neta e pesquisadora Vera Regina Roquette-Pinto (2002-2003, p.12):

Na minha sala havia um mapa do Brasil. Meus olhos se cravaram naquela imensidade de terra, enquanto aquela voz longe cantava e dizia coisas e depressa passou no meu pensamento essa idéia: como é que a gente não aproveita isso para levar o pensamento por essa extensão de terra, levantando essa gente toda que está morrendo por aí afora de ignorância?

A figuração não poderia ser mais apropriada, relacionando a extensão do território nacional com a imensidão do campo que em que a rádio pode se projetar, aproveitando-se de sua mobilidade, simplicidade, imediatismo e sensorialidade. A exploração desta atividade não pode ser descompromissada, puramente técnica, mas, desenvolvida com base em reflexões e recursos inovadores, não pautada por regras engessantes e sim por processos abertos, democráticos e criativos.

Essa possibilidade de um diálogo real promovido no rádio é um dos elementos chave deste trabalho⁴. Vale citar aqui a concepção do físico norte americano que se aventurou na filosofia e sociologia, David Bohm. Para ele, é pela via do diálogo que seria possível contribuir para a superação da fragmentação social.

Desse modo, num diálogo cada pessoa não tenta tornar comuns certas idéias ou fragmentos de informação por ela já sabidos. Em vez disso, pode-se dizer que os interlocutores estão fazendo algo em comum, isto é, criando juntos alguma coisa nova (BOHM, 2005, p.29).

Mais adiante essa concepção de mão dupla, de troca, foi chamada interatividade, ponto que pode unir o rádio e o jornalismo em prol de um exercício cívico efetivo embora ainda encontre problemas em sua efetiva concretização. Sem interatividade ou com esta controlada, o que ainda é comum nas rádios, tampouco há evolução na comunicação pública e muito menos no fortalecimento dos laços e debates saudáveis entre as diferentes esferas sociais e de poder.

⁴ Este artigo é um fragmento inspirado no trabalho de mestrado da autora, que tem conclusão prevista para ago. 2012 pela ECA/USP, com título provisório de “A cobertura ambiental no radiojornalismo - fragmentos educacionais”.



Passando pelos conceitos e características importantes do rádio, propõe-se uma definição para o radiojornalismo. Na visão do professor e pesquisador Nilson Lage, radiojornalismo é um termo inexistente que se refere simplesmente ao jornalismo que é feito no rádio. “O jornalismo é a atividade e serviço público que se adapta a diferentes meios tecnológicos e convive com os usos econômicos e culturais desses meios”, afirma Lage (2005, p.161). Ressalta que o importante é reconhecer as diferenças de percepção geradas dependendo dos mecanismos usados e sua forma de produção.

Uma concepção mais ampla que utiliza-se para a análise do radiojornalismo é a da pesquisadora Zita de Andrade Lima (1970, p.18):

O rádio, como veículo do jornalismo, constitui o coroamento dos esforços do homem, desde os albores da civilização, para vencer o tempo e o espaço, na transmissão oral e sonora de informações, idéias e situações, que a sua experiência e a necessidade coletiva exigem que sejam trocadas entre indivíduos e grupos para a promoção do seu desenvolvimento cultural e econômico visando ao bem comum.

Para Lima, a informação radiofônica não somente “desperta a consciência da audiência para o problema ou tema proposto, para o dato ocorrido, para a situação criada; mas é também um diálogo” (LIMA, 1970, p.30). A autora aponta ainda para a possibilidade, proporcionada pela tecnologia, pela arte e pelas pesquisas em comunicação, de “tornar a informação radiofônica em um mais eficiente e dinâmico fator de evolução social e cultural” (LIMA, 1970, p.30).

Partindo dessa reflexão feita há mais de 40 anos e que permanece irretocável em sua assertividade, elege-se um tema dentro dos inúmeros abordados pela atividade jornalística: o ambiental. O radiojornalismo ambiental é aquele que traz notícias e reflexões sobre as relações entre o homem e o meio do qual faz parte, incluindo todos os elementos naturais, formas de vida e recursos, cada qual com suas dinâmicas relacionadas ou não, é uma atividade cada vez merecedora de pesquisas e atenção, em prol de constante aperfeiçoamento.

Por jornalismo ambiental, o pesquisador e professor Wilson Bueno, estudioso do tema, entende como um tipo de jornalismo especializado que se define tanto pelos conteúdos sobre meio ambiente publicados na mídia de massa como nos espaços de produção jornalística dedicados exclusivamente ao meio ambiente. Trata-se de uma atividade interdisciplinar em termos de conhecimento, pois reúne saberes ligados à biologia, geografia, ciências sociais e outras áreas que, coletivamente, formam um “ethos” novo e específico, algo que pode ser chamado de “saber ambiental” (BUENO, 2007).



Mas o lugar do jornalismo ambiental sempre foi polêmico: seria uma editoria especial? Será um eixo que perpassa por demais temas sociais? Segundo o professor e pesquisador Elton Antunes, em depoimento para este trabalho⁵, há duas formas de entender o jornalismo ambiental. A primeira seria uma como especialidade, onde o ambiental é mais um campo temático e fala de temas que não aparecem muito na cobertura cotidiana, ou ainda uma abordagem, uma forma de olhar para objetos triviais do jornalismo e levantar perspectivas ambientais geralmente ausentes. Nesse caso, segundo o Antunes, “o jornalismo ambiental oferece um conjunto de informações que ampliam o conhecimento sobre os assuntos e, por isso, orienta e ajuda a formar pontos de vista” (ANTUNES, mai. 2012).

A segunda maneira de entender o jornalismo ambiental é como uma prática específica que está articulada a ações socioambientais de instituições, organizações e agentes sociais diversos, indo além da especialidade e se adequando mais à intencionalidade de oferecer informações e pontos de vista como parte de ações integradas. “Não significa engajamento, mas, tomar a ação jornalística como ação ambiental, envolvendo esclarecimento, orientação e conhecimentos necessários”, afirma Antunes. Nesse caso, o jornalismo ambiental é detentor de um papel educativo no sentido de tornar as divulgações bases para um olhar jornalístico problematizador.

Como a discussão deste trabalho centra-se no radiojornalismo ambiental produzido em um veículo de comunicação não ligado à uma empresa privada ou pública de qualquer segmento que não seja a própria mídia, estabelece-se concordância com a visão de jornalismo ambiental como área temática ou como uma abordagem.

Outro pensamento sobre o jornalismo ambiental que amplia ainda mais a visão proposta é o sistêmico adotado pela professora Ilza Girardi (2006). Trata-se do revestimento das mais variadas instâncias - econômica, social e governamental - com o pano de fundo ambiental e, a partir daí, produzir matérias jornalísticas que contribuem para, além de informar, orientar e educar. Nesta linha, reforça Bueno (2007, p.21):

o jornalismo ambiental não pode abrir mão da militância, entendida aqui como o compromisso primeiro e inadiável dos jornalistas com a conscientização, com a mobilização de braços e mentes, com a superação das desigualdades, com a denúncia dos grandes interesses.

⁵ O professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Elton Antunes, concedeu entrevista em maio de 2012, por correio eletrônico.



Função orientadora-educativa

O pensamento do pesquisador norte-americano Fraser Bond é essencial para a compreensão do processo jornalístico e de suas funções. Segundo Bond, o jornalismo tem “quatro razões de ser fundamentais: informar, interpretar, orientar e entreter” (1961, p.19). Tendo cada uma a sua importância, focamos na definição da função de orientar:

[...] fazer com que chegue ao leitor ou ouvinte, além da notícia de um fato, de um acontecimento ou de uma teoria, também explicações, interpretações, material de base e diagramas, orientados no sentido de ajudar o indivíduo a compreender melhor o que lê ou ouve (BOND, 1961, p.20).

O conceito de Fraser Bond sobre “orientar” é ampliado por um termo mais recente, o “educar”, sobre a qual trata Wilson Bueno (2007). O autor considera a função educativa como aquela responsável por indicar caminhos e que conta necessariamente com a participação dos cidadãos.

Diante de ambos os conceitos, pensemos em algo único: uma função que trata de orientar para educar. Orientar porque é essa a motivação que o jornalista, em circunstâncias e veículos devidos, deve ter com relação ao seu interlocutor. E o objetivo dessa orientação, através da informação preparada e disseminada tem o propósito final de educar. Ou seja, a ferramenta comunicacional contribui para o processo de educação dos sujeitos, assim como faz a escola, à sua maneira, o convívio social, familiar e outras instâncias sociais. A professora e pesquisadora Cecília Peruzzo, estudiosa da comunicação popular e comunitária, afirma:

Aprende-se também por intermédio dos meios de comunicação, na vivência cotidiana, nos relacionamentos sociais, nas reuniões das equipes, nas práticas comunicativas no âmbito da comunicação comunitária, nas oficinas visando a melhoria do trabalho no rádio popular, ou seja, por dinâmicas de educação informal e não-formal (PERUZZO, 2007, p.83).

Transpondo o exemplo do trabalho em rádios comunitárias para as educativas, simplesmente pelo fato de terem em sua base uma motivação social de contribuição - uma mais local, para a comunidade, e outra mais abrangente, para mais grupos - a mesma afirmação é válida: aprende-se por intermédio de meios e não com um processo monótono de complemento à educação, mas detentor da capacidade de atrair, envolver.

Tendo definido a função que se aplica aqui ao radiojornalismo ambiental, a orientadora-educativa, e como ela pode ser desempenhada em determinados contextos, recorre-se aos estudos de gênero, por vezes chamados de estilo, que surge a partir das características e funções do rádio.



Um gênero híbrido: educativo-cultural

O radialista André Barbosa Filho afirma que “o rádio possui uma importante função social: atua como agente de informação e formação do coletivo” (2009, p.49). Ainda, “deixa como legado princípios como ação, atuação, transformação e mobilização” (FILHO, 2009, p.49). Assim, com a ciência de que o rádio tem os recursos e o potencial para envolver seus interlocutores, influenciando comportamentos e corroborando na construção de padrões, é importante entender os gêneros e linguagem radiofônica para saber as formas de exploração dos mesmos.

Os gêneros são tipologias específicas e simultaneamente mutáveis, sendo influenciadas pelo tempo histórico e contexto. De acordo com Barbosa Filho, existem seis gêneros radiofônicos: jornalístico, educativo-cultural, entretenimento, publicitário, propagandístico, serviço e especial (2009). Pensando em radiojornalismo ambiental, fundem-se os gêneros jornalístico e educativo-cultural.

O gênero jornalístico, segundo a Filho, é o “instrumento de que dispõe o rádio para atualizar seu público por meio da divulgação, do acompanhamento e da análise dos fatos” (2009, p.89). Já o gênero educativo-cultural tem como definição (KAPLÚN *apud* FILHO, 2009, p.110), serem práticas que

[...]procuram a transmissão de valores, a promoção humana, o desenvolvimento integral do homem e comunidade, as que se propõem a elevar o nível de consciência, estimular a reflexão e converter cada homem em agente ativo da transformação de seu meio natural, econômico e social[...]

Explicando com um exemplo o que seria essa fusão, toma-se um boletim jornalístico, ao tratar da ocorrência de um desastre ambiental e as medidas tomadas com relação a ele. Essa produção poderia ir além do jornalismo e se tornar mais educativa ao oferecer uma análise crítica do assunto. Uma das maneiras de fazer isso é apresentar informações que orientem os ouvintes sobre o que está acontecendo e, principalmente, os faça refletir sobre as causas e conseqüências envolvidas.

A ilustração acima não é escolha gratuita, pois aborda a questão ambiental no jornalismo. O ponto aqui é mostrar que, além das fronteiras móveis entre os gêneros por questões de formato e estrutura, determinados temas os unem ainda mais, como a questão ambiental. Afinal, esta é também uma questão de comunidade, de cidadania e, por isso, o radiojornalismo ambiental é impelido a pensar de forma integrada o tipo de informação e interpretação que será oferecida aos interlocutores.



A condição do radiojornalismo como veículo de informação e promoção de cidadania, sobretudo quando é porta-voz de questões ambientais, nos propõe refletir sobre diversas questões: como é definida a cobertura ambiental neste espaço? Qual o papel do repórter, especialista e ouvintes na rádio? Como o jornalismo exerce a função de orientação para a educação? Em que modelos educativos essas produções radiojornalísticas devem se basear para alcançar os objetivos de trabalho da informação para o bem comum? Essas e outras perguntas virão em forma de debate, nem sempre de resposta, mas certamente apontando caminhos para o futuro das coberturas ambientais.

Pilares do radiojornalismo ambiental

A partir da definição de radiojornalismo ambiental, sua função orientadora-educativa e seu gênero jornalístico e educativo-cultural, parte-se para uma reflexão mais subjetiva e importante sobre seus pilares. Três elementos podem orientar o pensamento sobre o radiojornalismo ambiental e, ciente deles, sua função pode ser melhor compreendida, assim como analisado o desempenho do seu trabalho e a importância deste na sociedade. Elencando cada um e citando brevemente os pensadores e argumentos importantes que fazem parte de sua definição e questionamentos, são eles a Educomunicação, a cidadania e o meio ambiente.

1. Educomunicação

“A Educomunicação é um campo de intervenção social que tem como objetivo criar ecossistemas comunicativos regidos pelo princípio da colaboração entre todos os pólos do processo educativo, rico em manifestações culturais, aberto à expressão comunicativa de seus membros, regido por uma ética de solidariedade” (SOARES, 2006, p.17).

Para entender melhor a abordagem é preciso começar pelas origens da Educomunicação. Toda educação não seria comunicativa por natureza? Nem sempre. Embora alguns planos educativos formais se apresentem com base no diálogo, o que há, verdadeiramente, é um discurso de mão única, engessado. O responsável por esses apontamentos sobre a inflexibilidade e desumanização da pedagogia no Brasil foi o educador Paulo Freire, um dos pensadores que mais aproximou a educação da comunicação em suas reflexões. Segundo o professor Ismar Soares, responsável pela criação do Núcleo de Comunicação e Educação na Universidade de São Paulo (NCE-ECA/USP), o pensamento freiriano foi caracterizado pela intuição de que uma educação autêntica e libertadora deveria converter-se essencialmente em um processo



comunicativo. Foi das reflexões de Freire que surgiu o termo comunicação dialógica, definido como:

Uma comunicação colocada no diálogo simétrico, na co-participação da construção do conhecimento, onde toda a comunicação se dá entre sujeitos iguais, excluindo-se as relações de poder entre sujeitos assimétricos (SOARES, Diálogos Educomunicativos I, p.8).⁶

Freire inaugurou uma era na educação onde o homem era pensado como sujeito e não como objeto, seja frente à educação ou comunicação, partindo de princípios de respeito e diálogo, com enfoque na busca pela cidadania através de técnicas de ensino abertas, como a alfabetização direta e democrática. Seu trabalho serviu como inspiração para muitos outros pensadores, dentre eles Kaplún, fundador da abordagem educacional. Foi a partir do trabalho de Freire sobre o modelo de educação libertadora ou transformadora que Kaplún despreendeu o modelo de comunicação pretendido, sendo aquele:

rechaça tanto a idéia de diferenciação hierárquica entre educadores e educandos – os primeiros donos de uma verdade que levam aos segundos – como de um educador passivo que por um mal entendido respeito se desresponsabiliza pela finalidade do processo educativo e se inibe ao lançar mão dos seus aportes (KAPLÚN, 1998, p.54).

Kaplún desenvolveu metodologias de trabalho sobretudo com as rádios, também apontadas por Freire como genuínas e favorecedoras dos diálogos por sua aproximação com a palavra - a oralidade que une os homens. Segundo Kaplún, as principais características da comunicação democrática no rádio são o diálogo, a comunidade, o processo horizontal e de duas vias, a participação e o serviço à maioria (1998).

No Brasil, a Educomunicação está presente em modelos educativos a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PNCs), implantados pelo Ministério da Educação para sistematizar um conjunto de disposições e atitudes como pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar, negociar significados e cooperar, de forma que o aluno possa participar do mundo social. Outros projetos baseados nas práticas educacionais, com meta de promover a cidadania a partir do exercício do direito de todos à expressão e à comunicação, são ligados à educação ambiental no âmbito do governo federal e também práticas educacionais nas escolas de ensino superior⁷.

⁶ O material Diálogos Educomunicativos está disponível em forma de apostila produzida pelo Núcleo de Comunicação e Educação (NCE-ECA/USP), sem data.

⁷ Em 2011 a Escola de Comunicações e Artes da USP deu início ao curso de Licenciatura em Educomunicação e em 2012 foi criado o curso de Especialização Lato Sensu em Educomunicação: Comunicação, Mídias e Educação. Mais informações no site <<http://www.cca.eca.usp.br/>>.



E o que os meios de comunicação, veículos e seus programas, jornalistas e produtores podem aprender com essa abordagem cidadã? A começar, seus preceitos, fundamentados em tal educação participativa e democrática, que privilegia a diversidade e a produção cultural coletiva. Por falar em cidadania, o próximo pilar do radiojornalismo ambiental, segue uma reflexão pontual a seguir.

2. Cidadania

A questão da cidadania percorre um longo caminho que iniciou, no Brasil, na década de 30, com o desenvolvimento de uma identidade nacional. Sua expressão maior se concretiza após o final do regime militar no Brasil (1964-1985), quando houve uma significativa ampliação do papel da mídia e um alastramento da discussão sobre cidadania e direitos dos cidadãos, englobando as esferas civil, social e política (baseados no clássico estudo de T. H. Marshall⁸). Mais tardia foi a emergência de questões sócio-ambientais no Brasil, que engataram no início da década de 90, estimulando uma reflexão que perdura até os dias atuais sobre o que é a cidadania e como essa se desdobra em práticas na sociedade.

A origem da cidadania está estritamente ligada à ascensão da burguesia e sua cultura e, por isso, compartilha valores característicos da visão de mundo dessa classe, como o individualismo e a exploração. Através da concepção de que “todos os homens podem ser iguais pelo trabalho e pela capacidade que têm” (MANZINI-COVRE, 1995, p.23), a cidadania se desenvolveu junto do capitalismo e se configurou de maneira específica, muito ligada às questões de propriedade e individualismo. Na história do Brasil, por exemplo, marcas como a do colonialismo português e inglês fizeram com que a cidadania fosse vivida somente por elites. O povo – a maioria da população brasileira – sempre foi pobre de fato e de direitos, a exemplo do período escravocrata.

Como observa a cientista social e professora da USP, Maria de Lourdes Manzini-Covre, sob a égide do capitalismo a cidadania caracterizou-se por uma vertente “mais formal, que serve à dominação” (1995, p.25). Para ela, o modelo mais vislumbrado hoje seria o de cidadania efetiva, onde os direitos são extensivos, quantitativamente e qualitativamente a todos. Cidadania seria o direito à vida em seu sentido pleno.

Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a

⁸ A referência citada aqui é do trabalho de MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.



todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo (MAZINI-COVRE, 1995, p.11).

Talvez o maior e melhor exemplo de fonte garantidora dos direitos e exercício da cidadania, em um nível internacional, seja a Carta de Direitos da ONU (1948), que apontou os primeiros passos em direção à cidadania, ao direito à vida no sentido pleno. No caso brasileiro, a Constituição de 1988 (chamada de “Constituição cidadã” pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente da constituinte) foi crucial para a limitação de poderes dos governantes e instituiu formas garantidoras de direitos aos cidadãos. De 1964 até década de 80, citando o exemplo brasileiro, viveu-se um período de total anti-cidadania, de anulação de quaisquer direitos.

Considerando tais pensamentos e o caminho que a cidadania percorreu, é possível refletir, no atual contexto, onde há um domínio do capitalismo contemporâneo. São fortes as características dessa época e de sua sociedade: consumismo desenfreado, precariedade de sistemas de saúde e educação, desengajamento⁹ e outros aspectos inerentes ao modo de vida e às políticas vigentes. Essa conformação é altamente prejudicial ao exercício da cidadania plena, seja pelos sujeitos em sua iniciativa ou através de campos como o midiático.

Essa reflexão é essencial para pensar nos porquês de um radiojornalismo ambiental, por exemplo, ser tão precário e vazio naquilo que propõe trazer de informação para os sujeitos. Indo mais a fundo, quando se trata do debate de questões sobre cidadania na mídia, observa-se o quanto ainda são rudimentares ou apresentam pontos de vista limitados, recorrentes. Como observa a professora e pesquisadora Cicília Maria Krohling Peruzzo¹⁰:

O jornalismo, uma vez vinculado às corporações de mídia, tanto privadas quanto as públicas, pode dar uma contribuição mais candente se for mais aguerrido no sentido de tirar a máscara da pretensa neutralidade e se assumir como um “jornalismo cívico”. Trata-se de romper com a rotina da cobertura episódica e por vezes superficial, e comprometer-se no acompanhamento inserido das realizações sociais protagonizadas por atores coletivos e representativos das lutas de interesse público. Trata-se também de ouvir o cidadão, não para ridicularizar suas visões, mas para dar voz a diversidade e aos diferentes modos de compreender o mundo. (PERUZZO, mai. 2012)

⁹ Entende-se por desengajamento a decadência do espírito de comunidade do qual fala Zygmunt Bauman, em seu livro *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual* (ver bibliografia). Para ele, após a dissolução dos pontos firmes de orientação do Estado sob o seu social, emerge uma condição de vida individualizada para garantir a sobrevivência, onde há cada vez menos estímulos para deter a desintegração dos laços humanos. Mais a frente essas questões que integram comunidade e cidadania serão discutidas.

¹⁰ A professora Cicília Peruzzo, da Universidade Metodista de São Paulo, concedeu entrevista em maio de 2012, por correio eletrônico.



Fundamental para a formação da opinião pública, o conjunto que forma a mídia – meios de comunicação, suas práticas e profissionais – é legitimado como porta-voz dos fatos que ocorrem na sociedade, dos interesses da comunidade e responsável por outras formas de atuação social. A mídia é peça central no entendimento de como as noções de cidadania são tratadas e inseridas na sociedade, nos lares e mais especificamente na cabeça de cada sujeito.

3. Meio ambiente

Mas o que é meio ambiente? Pensando de forma abrangente e usando o conceito do filósofo e pesquisador José de Ávila Coimbra (1985, p.28):

Meio Ambiente é o conjunto dos elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o Homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, a preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidade definidos.

O entendimento aqui é de um conjunto do qual o homem e outros seres vivos fazem parte, assim como elementos naturais, recursos e fenômenos, e a relação entre todos eles, seja ela predatória ou de usufruto passível de regeneração pela própria força natural. O meio ambiente engloba desde o espaço doméstico até o sistema cósmico.

Do ponto de vista das relações internacionais, a temática ambiental começou a despontar como tema de acordos entre países no século XX. Os primeiros acordos, segundo o geógrafo e pesquisador Wagner Costa Ribeiro, não alcançaram seus objetivos, como por exemplo conter a devastação ambiental promovida por colonos em terras virgens. Um dos primeiros acordos que conseguiu um feito de preservação foi o Tratado Antártico, elaborado no período da Guerra Fria e que vigora até os dias atuais (RIBEIRO, 2001, p.53).

Outros acontecimentos importantes foram a criação da ONU, oficialmente em 24 de outubro de 1945, e da UNESCO, em 1946, possibilitando o desenvolvimento de muitas iniciativas que resultaram na ordem ambiental internacional. Um dos primeiros exemplos diretamente ligados à questões de meio ambiente, indo além do foco de paz devido às guerras do período, foi a criação da *Food and Agriculture Organization* (FAO), uma organização da ONU para a Alimentação e Agricultura com sede na Itália (RIBEIRO, 2001). Já a UNESCO promoveu em 1949, em parceria com a FAO e outras entidades, a primeira ação voltada ao tema ambiental, a Conferência das Nações Unidas para a Conservação e Utilização dos Recursos (RIBEIRO, 2001).



Mas foi ao longo dos anos 60, na França, surgiram as primeiras entidades de jornalistas especializados em meio ambiente e em 1968 ocorreu a Conferência da Biosfera em Paris. Enquanto isso, no Brasil, o jornalista Randau Marques se destacou como um dos primeiros a cobrir a área de meio ambiente, desenvolvendo reportagens de denúncia primeiramente de forma independente e depois pelo *Jornal da Tarde* (grupo Estado de São Paulo), tendo como tema de sua primeira grande reportagem os problemas causados por uma indústria de celulose no Rio Grande do Sul (1975).

Nos EUA e Europa, ao final dos anos 60 e início dos anos 70, a cobertura ambiental aumentou vertiginosamente e, como afirma o sociólogo canadense John Hannigan, jornalistas da Grã-Bretanha e passaram a ter uma nova percepção do tema como notícia (2009). Até então os jornalistas norte-americanos tinham grande dificuldade em reconhecer o ambientalismo como um assunto além da conservação.

A temática ambiental começou a surgir de maneira mais perceptível na mídia internacional e também brasileira após a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, também chamada de Conferência de Estocolmo, em 1972. Com a descoberta do buraco da camada de ozônio, por volta dos anos 80, uma enxurrada de matérias voltam a estampar jornais europeus. Enquanto isso, no Brasil, as preocupações se voltavam para os problemas ambientais da Amazônia e para as catástrofes como Three Males Island (1979), Bophal (1984) e Chernobyl (1986).

Uma década depois, com a realização de um dos maiores eventos que debateu questões ambientais no Brasil, a ECO/92, no Rio de Janeiro, retoma-se uma troca de informações mais ampla. O impacto das discussões da mídia foi grande, mobilizando até mesmo a criação de novos espaços com conteúdo era majoritariamente ambiental, como suplementos de jornais. Daí surge mais claramente um novo tipo de jornalismo especializado que é o ambiental. Hoje, 20 anos após o evento, a área ainda tenta se estabelecer, trabalhar suas críticas e mostra suas fraquezas, especialmente quando se atrela a questões políticas e econômicas que determinam a direção das coberturas feitas.

É desafiador para os profissionais e para a sociedade fazer leituras que consigam distinguir a intencionalidade por trás dos múltiplos discursos que surgem na mídia, tendo corporações, governos e grupos específicos de interesses diversos com relação à questão ambiental no Brasil.

Retomando a obra de Bueno - *Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente* (2007) -, tida como referência neste estudo mas certamente complementada por produções mais recentes feitas por profissionais e grupos de estudos nas universidades brasileiras, cita-se sua análise da produção jornalística ambiental e as características que



atribui à sua pauta, elencando atributos fundamentais: consistência, domínio dos conceitos básicos, compreensão da complexidade do tema, debate realista para soluções, “gancho” local e função pedagógica, ou seja, “dar condições para que o cidadão comum participe do debate” (BUENO, 2007, p.42).

Assim, a pauta ambiental “deve esclarecer, dialogar, indicar caminhos” (BUENO, 2007, p.43), trazendo novas descobertas, pesquisas e apontar soluções simples, estimular a mudança comportamental a partir dos relatos de experiências e fornecimento de informações bem fundamentadas e responsáveis. Um exemplo de conceito que ainda é pouco perceptível hoje é a relação homem-natureza, que precisa ser resgatada e trabalhada pelos discursos da mídia. Uma das visões relevantes sobre a importância de se pensar e agir responsabilmente é a de Felix Guattari, para quem a solução está numa “autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais” (2009, p.9). Como parte da mídia que se volta para a cultura de massa, certamente o jornalismo é uma das ferramentas que pode colaborar, em diversos níveis, com essa revolução.

Ciente de que a comunicação de massa e o jornalismo ambiental constituem apenas uma parte da chamada educação ambiental – que depende ainda de condições sociais como saúde e qualidade de vida, dentre outros –, reforça-se a importância e a contribuição a ser dada pelos meios de comunicação para a construção de um pensamento crítico. A Educomunicação, inserida aqui como metodologia útil para o trabalho do radiojornalismo ambiental, propõe a retomada de teorias da comunicação e o aproveitamento de técnicas sobre uma diferente perspectiva: a de oferecer ferramentas e um arcabouço de argumentos e conhecimentos para que os próprios sujeitos de uma comunidade possam refletir, incrementar seu repertório ou mesmo tomar atitudes para uma maior atenção ao meio ambiente do qual fazem parte.

Por prescindir de uma forte interação e diálogo com a comunidade, a Educomunicação encontra, no jornalismo ambiental - área que carece de interpretações multilaterais para as diversas realidades e uma certa dose de comprometimento -, um terreno fértil para suas práticas. As ações relacionadas à comunicação educativa podem ser desdobradas em exemplos e análises ainda mais profundas, sendo plausíveis de aplicação tanto em rádio, TV, jornais, redes na web e até mesmo esquetes teatrais e atividades escolares. Para enriquecer esse repertório sugere-se a leitura principalmente do trabalho de Kaplún, que aplicou a teoria da Educomunicação na prática das relações comunicativas. A contribuição que dá esse artigo é apenas uma semente com forte anseio de crescimento no campo da comunicação cidadã e do jornalismo responsável.



REFERÊNCIAS

- BOHM, David. **Diálogo: comunicação e redes de convivência**. São Paulo: Palas Athena, 2005.
- BOND, Frank Fraser. **Introdução ao jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1959.
- BRECHT, Bertold. **Cinco maneiras de dizer a verdade**. In *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1966, n.5, p.259-273.
- BUENO, Wilson. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Marajoara, 2007.
- _____. “As síndromes do jornalismo ambiental brasileiro”. In MELO, J. M. M. (Org.). **Mídia, ecologia e sociedade**. São Paulo: INTERCOM, 2008, p. 161-172.
- COIMBRA, José de A. Aguiar. **O outro lado do meio ambiente**. São Paulo: CETESB, 1985.
- FILHO, André Barbosa. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio**. São Paulo: Paulinas, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo & GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre a educação (diálogos)**. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GIRARDI, Ilza Torino; MASSIER, Carine; SCHWAAB, Reges Toni. *Pensando o Jornalismo Ambiental na ótica da Sustentabilidade*. *UNIrevista*, Rio Grande de Sul, v.1, n^a 3 / Julho de 2006.
- GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. 20^a ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.
- HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- KAPLÚN, Mario. **Una pedagogia de la comunicación**. Madrid: Ediciones de La Torre, 1998.
- LAGE, Nilson. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LIMA, Zita de Andrade. **Princípios e técnica de radiojornalismo**. Brasília: Revista do Instituto de Ciências da Informação/ICINFORM. Vol.V, n.1, ano VI, n.13: 1970.
- MANZINI-COVRE, M. L. **O que é cidadania**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio – os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.
- _____. *Interatividade entre rosas e espinhos*. In *Revista Novos Olhares*. São Paulo, ECA/USP, ano 1, no 2: 1998. p.13-30.
- PERUZZO, C. M. K. *Rádio Comunitária, Educomunicação e Desenvolvimento*. In PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade - os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: MauadX, 2007, p. 89-94.
- REIGOTA, Marcus. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.